

Com base desunida, Planalto perde disputas com parlamentares

Políticos querem derrubar um decreto do governo que reduziu o desconto no IPI dos concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus

BRASIL



AMBEV/DIVULGAÇÃO

Agência Estado 

17/06/2018 11:05 , atualizado em 17/06/2018 13:42

A batalha para tentar reverter medidas do governo é tão grande que parlamentares do Amazonas, historicamente contrários à criação de outra zona franca no país, aceitaram acordo com senadores do Maranhão para apoiar a abertura de uma zona maranhense com incentivos tributários às exportações. Tudo para angariar votos e aprovar um decreto legislativo que pretende restabelecer o incentivo revogado pelo governo aos concentrados de refrigerantes na Zona Franca de Manaus.

O acerto ocorreu na última quarta-feira (13/6) em sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Em busca do apoio dos maranhenses, os senadores do Amazonas aceitaram desenterrar o projeto de criação da Zona de Exportação do Maranhão (Zema), que dará isenção de tributos sobre insumos de produção. A

votação do decreto legislativo foi adiada, mas o acordo foi costurado nos bastidores sem que o governo conseguisse barrar o jogo de interesses dos parlamentares.

A avaliação entre cientistas políticos é que o governo terá dificuldades cada vez maiores para tentar frear esses movimentos, num momento em que o capital político do presidente Michel Temer é pequeno e não há perspectiva futura de poder do atual governo após as eleições.

“O governo acaba não conseguindo controlar as forças políticas. Com isso, diversos grupos vão tentar extrair benefícios e dificilmente vai sair uma resposta coordenada do Palácio do Planalto”, avalia o cientista político Rafael Cortez, da Tendências Consultoria.

Para ele, a chance de os setores reverterem as medidas que estão ao alcance do Congresso são elevadas, uma vez que a base aliada do governo já não opera unida e começa a traçar estratégias independentes de olho nas eleições. “O desafio é minimizar os custos para o governo decorrentes dessa fragilidade política e dessa crise de autoridade.”

A área econômica avalia que o decreto não tem, do ponto de vista legal, poder para anular a medida que atinge o setor de bebidas. Mas parlamentares da base e da oposição se uniram pela aprovação do decreto e disputam o protagonismo político e eleitoral na discussão sobre incentivos da Zona Franca de Manaus. Tentam a reeleição pelo Amazonas os senadores Eduardo Braga (MDB) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) e o deputado Pauderney Avelino (DEM)

De outro lado, o deputado Fausto Pinato (PP-SP), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas, defende a medida do governo e conseguiu a convocação de audiência pública sobre o tema. Segundo ele, o lobby das multinacionais vai exigir “pulso firme”. Também haverá audiência pública no Senado na terça-feira, com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

No caso da reoneração da folha de pagamento das empresas, estão em jogo os vetos de Temer que impediram que alguns setores mantivessem o benefício. Se esses vetos forem à votação antes de agosto, a derrota é dada como certa pelo cientista político Murillo de Aragão, sócio da Arko Advice.

Depois disso, diz, o cenário pode mudar dependendo das alianças eleitorais. Caso PSDB e DEM se entendam para lançar um único candidato, por exemplo, isso pode desencorajar parlamentares dessas legendas a votar por medidas que fragilizem o quadro fiscal do

País. “O governo não teria condições de manter o veto, mas em agosto ou setembro isso muda. Quem vai concorrer com chances de ganhar tem preocupação fiscal.

Guerra por benefício fiscal

A indústria química e os exportadores também estão fazendo barulho em Brasília para não perderem incentivos tributários. Empresas de outros 39 segmentos lutam contra o fim da desoneração da folha de pagamentos. Ninguém quer pagar a conta da “bolsa caminhoneiro” – o subsídio de R\$ 0,46 dado pelo governo no preço do diesel para encerrar a greve de 11 dias que paralisou o País em maio.

O acordo do Planalto com os grevistas, oficializado há 20 dias, repassou a fatura do desconto no combustível para vários setores da indústria e deflagrou uma guerra de lobbies em Brasília por benefícios fiscais. Em outra frente, ruralistas começaram a fazer pressão, com uma enxurrada de ações na Justiça, pelo fim da tabela que instituiu preços mínimos para o frete rodoviário – outra concessão do Planalto aos caminhoneiros.

No centro dessa disputa está um governo fragilizado e sem capital político para fazer frente aos lobbies. “Diversos grupos vão tentar extrair benefícios e dificilmente vai sair uma resposta coordenada do Planalto”, diz o cientista político Rafael Cortez, da Tendências Consultoria.

Os setores que não conseguiram se livrar do pacote em prol dos caminhoneiros agora se movimentam no Congresso para que deputados e senadores derrubem as medidas. Essa pressão tem a ajuda de parlamentares que defendem seus interesses.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) arregimentou parlamentares de confiança para lutar contra o fim do programa de incentivo tributário aos exportadores (Reintegra), do programa da indústria química (Reiq), e da desoneração da folha de pagamento.

Todos esses programas foram criados em gestões petistas e são criticados por economistas liberais, por custarem caro e não surtirem os efeitos esperados. Alguns desses incentivos estavam na mira do governo há um tempo. A equipe econômica aproveitou para incluí-los no pacote de medidas que compensam o custo de R\$ 13,5 bilhões com o subsídio do diesel – mas agora está sendo pressionada de todos os lados a voltar atrás. Para analistas políticos, a chance de a indústria conseguir reverter o pacote no Congresso é grande.

“O episódio dos caminhoneiros foi apenas o exemplo mais recente da longa trajetória de sucesso de grupos de interesse, que chantageiam o governo”, diz o economista Marcos Lisboa, presidente do Insper. “Deixamos a situação se degradar ao não enfrentar as corporações e as consequências serão danosas.”